

CAMPESINATO, RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO: O MODELO AGROECOLÓGICO ADOTADO PELO MST NO ESTADO DO PARANÁ

Prof. Dr. Sérgio Gonçalves¹

Resumo

Nos últimos 50 anos, configurou-se o padrão técnico e organizacional da “Revolução Verde” e da Agrobiotecnologia, que provocaram transformações sociais, econômicas, políticas, técnicas e ambientais no meio rural do Estado do Paraná (Brasil), gerando graves impactos ambientais, econômicos e sociais. No último quarto de século, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem mobilizado uma grande quantidade de trabalhadores tanto na luta pela terra mas também organiza a luta na terra. Nestas lutas para entrar e para produzir na terra, o MST tem negado o padrão de desenvolvimento agrícola existente no País, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da Reforma Agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativizados e também sistemas agroecológicos de produção. O objetivo deste trabalho é apresentar o conjunto dos resultados de nossa Tese de Doutorado, explicitando o conjunto de informações e compreensões práticas e teóricas resultante das metodologias desenvolvidas a campo em vários assentamentos paranaenses, além de discussões geográficas condizentes com o desenvolvimento da agricultura camponesa, reforma agrária, e a potencialidade da agroecologia nos assentamentos rurais, temas pouco a pouco incorporados à produção acadêmica em Geografia Agrária.

Palavras chave: Assentamentos Rurais; Agroecologia; Luta na Terra; MST.

¹ Universidade Federal de Uberlândia (FACIP – Ituiutaba-MG). E-mail: sergiog@facip.ufu.br

Introdução

O presente trabalho expressa as discussões e os resultados da Tese de Doutorado de mesmo nome defendida no Curso de Pós Graduação em Geografia na FCT/UNESP de Presidente Prudente. Trata-se, portanto, de resultado de pesquisa onde se utilizou uma série de metodologias (trabalhos de campo, entrevistas, levantamentos de dados, enfim), cujo objetivo era explicitar a realidade ligada ao projeto de estruturação da Agroecologia pelo MST no Paraná, cujos resultados finais são, em grande parte, apresentados no decorrer do documento.

No final da década de 1990, a única iniciativa existente no âmbito das agriculturas alternativas em assentamentos do MST paranaense era a produção orgânica de alimentos na Copavi (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória), empresa gerida por todas as 20 famílias do assentamento Santa Maria, localizado no município de Paranacity, situado na região Noroeste do Paraná.

Em julho de 2002, no Centro de Eventos de Ponta Grossa, ocorreu a “1ª Jornada Paranaense de Agroecologia”, evento que reuniu 5.000 delegados provenientes de assentamentos de todas as regiões do Paraná, além de produtores rurais ligados a diferentes entidades (igreja, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, grupos de apoio) que trabalhavam no desenvolvimento da Agroecologia.

A criação das Jornadas teve como finalidade criar um fórum anual de estudo e debate sobre a Agroecologia. Nestes eventos, o Movimento e seus parceiros procuraram fazer a formação de acampados e assentados, visando seu aprimoramento técnico, através de oficinas, e o aprimoramento político, por meio de palestras e debates.

Além dos sem terra, colaboraram na organização do evento várias organizações, e serviu de laboratório do MST/PR para aprendizado com as demais organizações, já que várias entidades, sobretudo AOPA, AS-PTA, ASSESSOAR, CAPA, CRABI, DESER, MMC, há anos, desenvolviam experiências agroecológicas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, articulando produtores, organizando eventos, formando núcleos familiares de produção agroecológica, redes de comercialização, capacitando produtores e técnicos, desenvolvendo materiais didáticos e cartilhas, etc.

Nas jornadas, o mecanismo central encontrado para sensibilização são as palestras e as atividades coordenadas por assessorias e lideranças ligadas à Via

Campesina. Assim, a Jornada de Agroecologia contempla espaços de socialização de um discurso protagonizado pelas lideranças no intuito de inculcar na massa (militantes de base – acampados e assentados) a necessidade de superação da agricultura industrial em favor da Agroecologia, considerada a matriz produtiva ideal para o processo de resistência e de emancipação da agricultura camponesa na luta contra o capital.

Além disso, o Movimento e entidades parceiras (ONGs e universidades) ofereceram diversos tipos de cursos, palestras, *workshops*, seminários, aulas, debates, relatos de experiências e feiras de produtos sobre a Agroecologia, Agricultura Orgânica, Permacultura e produção agrícola, enfim.

Os centros de formação e capacitação técnica em agroecologia: os desafios da educação do campo e da extensão rural

Os “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia” são estruturas criadas pelo MST para abrigar cursos de nível técnico e superior, funcionando como institutos de educação, de pesquisa e de extensão para o desenvolvimento da Agroecologia na Reforma Agrária.

Nas dependências destes Centros, é oferecida uma série de cursos de curta duração (cursos informais), nos quais os agricultores participam de oficinas, palestras e dias de campo em experiências agroecológicas desenvolvidas nas dependências destas unidades, ou ainda, atividades ofertadas por diferentes profissionais (professores, pesquisadores e extensionistas do MST, de universidades, de outros movimentos sociais e até de ONGs) que procuram trazer o conhecimento teórico e empírico de experiências que desenvolvem em outros lugares.

O objetivo principal dos cursos ofertados nos centros de pesquisa é formar e capacitar agricultores e extensionistas para difundir a Agroecologia em assentamentos rurais e acampamentos do Paraná, em outros estados ou em outros países, dependendo do lugar de onde provém e para onde retornam os estudantes, uma vez que o MST/PR tem relações com MSTs e movimentos de outros estados do país e com movimentos da Argentina e Paraguai.

Presentes em diferentes regiões do Estado do Paraná, o MST coordena atualmente sete “Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia”, conforme informações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia Organizados pelo MST/PR, 2008

Tipo de iniciativa	Local	Nome da Área	Público	Atividades Desenvolvidas
Curso de Formação/Centro de Pesquisa	Maringá	“Escola Milton Santos”	50 alunos	Palestras, dias de campo, cursos intensivos, cursos de extensão, produção de sementes, campos de experimentos, formação de Tecnólogos em Agroecologia (Curso Formal, com Graduação em Nível Superior).
	Cantagalo	“CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia”	50 alunos	
	São Miguel do Iguçu	“ITEPA – Instituto Técnico de Capacitação e Estudo da Reforma Agrária”	50 alunos	
	Lapa	“ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia”	150 alunos	
Centro de Pesquisa	Diamante do Oeste	P.A. “Ander R. Henrique”	S.I.	Palestras, dias de campo, cursos de extensão, produção de sementes, campo de experimentos comunitário.
	Querência do Norte	“CEPAG – Centro de Estudo e Pesquisa Ernesto Guevara”	S.I.	Palestras, dias de campo, cursos intensivos, cursos de extensão, produção de leite orgânico, produção de ervas e processamento de fitoterápicos.
	São Jerônimo da Serra	“Centro de Formação popular Em Agroecologia Paulo Freire”	S.I.	Palestras, dias de campo, cursos de extensão, produção de sementes, campos de experimentos, viveiros de mudas florestais, produção agroflorestal de café, permacultura.

Fonte: Secretaria Estadual do MST em Curitiba – Setor de Produção, 2008.

Trabalho de Campo.

Organização: Sérgio Gonçalves, 2008.

Nota: S.I = Sem Informação.

A criação destas unidades de ensino, pesquisa e extensão requereu uma intensa articulação do MST para conquistar os espaços para realizar sua implantação em assentamentos ou outros lugares, para adaptar e construir as infra-estruturas necessárias para as atividades de produção e ensino, além de ações políticas e educacionais para efetivar os cursos técnicos.

Na consecução dessas estruturas e atividades, o MST muitas vezes contou com parcerias institucionais realizadas com entidades públicas (Governo e Universidades) e organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais).

Apesar das especificidades, sobretudo em relação às atividades desenvolvidas e aos projetos político-pedagógicos, os Centros de Formação e Capacitação Técnica em Agroecologia são também espaços de formação política, já que visam a formação de profissionais diferenciados, os chamados “militantes educadores e extensionistas”.

Dessa forma, a filosofia educativa que norteia a prática dos futuros técnicos que operarão nos assentamentos rurais busca romper com o esquema tradicionalmente existente no sistema educativo ligado às Ciências Agrárias e Agrônômicas, que, no acontecer da “Revolução Verde”, enfatizaram o papel do extensionista como aquele que ensina, de cima para baixo, a técnica e as práticas produtivas consideradas ideais e modernas para os agricultores.

Como toda técnica prescinde um conteúdo político, a prática produtivista dos sistemas agrícolas da “Revolução Verde” “colocou no pedestal da modernidade” o conhecimento técnico-científico e relegou os conhecimentos tradicionais que, apesar de secundarizados, não se perderam por completo. Ao propor uma metodologia de trabalho preocupada em desenvolver tanto a ciência quanto os conhecimentos tradicionais como ferramentas para o desenvolvimento da Agroecologia, colocando lado a lado, em uma relação dialógica e horizontal, os agricultores e os técnicos, o MST dá um passo importante na construção de uma extensão rural participativa, no sentido da superação do paradigma da “Revolução Verde” e Agrobiotecnológico.

Os territórios agroecológicos da reforma agrária paranaense

Na ponta do processo de difusão da Agroecologia pelo MST, temos aquilo que denominamos de “Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária”, que são áreas de diferentes dimensões (assentamentos e lotes) onde efetivamente os camponeses trabalham seguindo os preceitos organizativos e a matriz tecnológica da Agroecologia, seja em assentamentos ou em acampamentos.

Conforme informações do Quadro 2 apresentadas anteriormente, a produção agroecológica está sendo desenvolvida em 12 (doze) assentamentos e 2 (dois) acampamentos.

Nesse sentido, os “Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária” são a expressão de duas configurações sócio-espaciais distintas que ocorrem no interior dos acampamentos e assentamentos rurais do Paraná, quais sejam: a) Os Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos; b) Os Lotes Agroecológicos Isolados (quadro 2).

Quadro 2: Paraná – Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária, 2008.

Tipo de iniciativa	Local	Nome da Área	Público	Atividades Desenvolvidas
Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos - Áreas onde 100% das Famílias Assentadas / Acampadas Desenvolvem Práticas Agroecológicas Unidades Familiares de Produção	Diamante e do Oeste	P.A. “Ander Rodolfo Henrique”	111 famílias	Produção de Leite, Mandioca, Milho, Ervas Medicinais, Frutas, Pequenos Animais, Trigo. Batata Doce, etc.
	Quedas do Iguaçu	P.A. “Celso Frutado”	1.200 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), leite e derivados
	São Jerônimo da Serra	P.A. “Paulo Freire”	72 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), produção de café em côco em sistema de Agrofloresta, venda de café torrado, Permacultura, produção de leite, milho, feijão, pequenos animais, etc.
		P.A. “Cacique Cretan”	18 famílias	
	Paranacity	P.A. “Santa Maria” (“COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória”)	22 famílias	Horticultura, melado, cachaça, agroindustrialização de leite e derivados orgânicos. Exportação de parte da produção. Venda Direta ao Consumidor. Venda a Programas Institucionais (CONAB).
Antonina	Acampamento “José Lutzemberguer”	50 famílias	Produção de hortaliças	

Territórios Agroecológicos Isolados - Unidades Familiares de Produção onde as Famílias Assentadas / Acampadas Desenvolvem Práticas Agroecológicas. Duplicidade de Sistemas Produtivos no Assentamento.	São Miguel do Iguaçu	P.A. “Antônio Companheiro Tavares”	32 das 80 famílias	Produção de sementes crioulas diversificadas, cultivo de milho, soja e produção de leite para comércio.
	Bituruna	P.A. “Sonho de Rose”	10 das 45 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), exploração de bracatinga (produção de lenha e carvão), Produção de Erva Mate.
	Querência do Norte	P.A. “Che Guevara”	30 das 70 famílias	Produção de leite orgânico e derivados. Processamento de ervas medicinais, Agrofloresta.
		P.A. “Pontal do Tigre”	30 das 326 famílias	
	Santa Cruz do Monte Castelo	P.A. “Luiz Carlos Prestes”	30 das 74 famílias	Produção de leite orgânico e derivados. Processamento de ervas medicinais, Agrofloresta.
	Ponta Grossa	Acampamento “Emiliano Zapata”	50 das 70 famílias	Produção de sementes crioulas diversificadas, cultivo de milho, hortaliças e produção de leite para comércio.
Lapa	P.A. “Contestado”	35 de 108 famílias	Produção e comercialização de alimentos (grãos e horticultura), leite e derivados. Venda à Programas Institucionais (CONAB), Permacultura.	

Fonte: Secretaria Estadual do MST em Curitiba – Setor de Produção, 2008.

Trabalho de Campo.

Organização: Sérgio Gonçalves, 2008.

Os assentamentos e acampamentos agroecológicos

Os Assentamentos e Acampamentos Agroecológicos são Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária onde a comunidade de famílias definiu a Agroecologia como o único sistema produtivo local, participando ativamente na construção desta realidade. Até dezembro de 2008, existiam 6 (seis) assentamentos, com 1.441 famílias, além de um acampamento com 50 famílias.

A experiência mais antiga no âmbito da Agroecologia é o “Santa Maria”, organizado entorno da Copavi, que, desde a década de 1990, vinha desenvolvendo a produção orgânica de hortaliças. Porém, desde o ano de 2003, a Copavi tem desenvolvido um processo de transição, passando de um sistema de produção misto

(orgânico e convencional), para o agroecológico. Assim, toda a produção de grãos, de hortaliças, de frutas, de cana-de-açúcar, de pequenos animais e de gado leiteiro tem sido feita sem o uso de insumos químicos.

Em substituição às práticas agrícolas convencionais, adubos químicos foram trocados por compostos orgânicos (esterco, compostagem, restos de culturas, adubação verde, caldas), a alimentação dos animais com rações e concentrados foram trocados por pastagens (pastoreio Voison ou piqueteamento), e a sanidade dos animais deixou de ser controlada mediante venenos (carrapaticidas) e remédios, mediante o uso de ervas medicinais.

Estudar, neste caso, significa um crescimento do conhecimento para se compreender os mecanismos de funcionamento da natureza, no sentido de vincular a intervenção do trabalho humano e a produção, causando o mínimo de impactos com o máximo de produção de alimentos e riquezas, elementos que são a base do “desenho” de sistemas alternativos de produção, como o Agroecológico.

Nesses trabalhos, muito importante tem sido a produção das sementes crioulas por cada família. Esta é uma estratégia muito importante, tendo em vista a alta concentração dos monopólios do setor agrobiotecnológico, que tirou o poder dos camponeses em disporem de suas próprias sementes.

Em segundo lugar, as diferentes formas de adubação verde realizadas com a introdução de plantas como a mucuna, que além da fertilidade, contribui nas melhorias físicas do solo. Em terceiro, o debate e a preocupação sempre presente, de se fazer um manejo adequado do solo, evitando a erosão, sobretudo pelo fato de que o assentamento tem solos extremamente rasos e topografia acidentada.

Em quarto, há assentados que conseguiram vender bens patrimoniais próprios e comprar algumas cabeças de gado, que são criados a pasto, com manejo no sistema Voison e tratamento de doenças e parasitas mediante aplicação de ervas medicinais.

OS LOTES AGROECOLÓGICOS ISOLADOS

Os Lotes Agroecológicos Isolados são Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária que ocorrem em assentamentos e acampamentos onde as famílias desenvolvem uma agropecuária baseada em sistemas produtivos mistos.

Portanto, são assentamentos nos quais existem tanto os lotes explorados por famílias que praticam, na unidade de produção, a Agroecologia, quanto um conjunto de lotes explorados por famílias que trabalham com sistemas de manejo convencionais, baseados no padrão técnico produtivo da “Revolução Verde” e da agricultura transgênica.

Nesses assentamentos, a realidade local é marcada pelos conflitos políticos e ideológicos entre os projetos defendidos pelo MST (a agroecologia) e os assentados não-agroecológicos, que continuam produzindo no modelo convencional, e estes conflitos ocorrem em vários assentamentos paranaenses.

OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DO MST NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PARANAENSES.

Como exposto nas páginas anteriores, ao longo dos últimos 8 anos o MST atuou efetivamente em seu projeto de reestruturação do desenvolvimento rural e construiu a Agroecologia nos assentamentos rurais, contando efetivamente com algumas parcerias institucionais (ONGs e entidades públicas) neste processo.

Neste projeto, uma quantidade importante de assentados participou das Jornadas de Agroecologia, cujo caráter político-ideológico e formativo incutiu nos assentados e acampados participantes a mudança de sistema produtivo.

Ademais, toda a estrutura de gestão territorial do MST, organizada entorno das Brigadas, das cooperativas, dos centros de formação, dos dirigentes locais, dos núcleos de família e dos técnicos que trabalham a assistência técnica, se envolveu no processo de difusão da Agroecologia como ferramenta político organizativa.

Porém, a Agroecologia não está difundida nos assentamentos rurais nos quais o Movimento Sem Terra atua. Ao contrário, este é um sistema produtivo ainda marginal e secundarizado no contexto da reforma agrária paranaense, já que de um total de 19.210 famílias assentadas, somente 1.647 estão organizando suas unidades familiares de produção em bases estritamente agroecológicas em 14 projetos de assentamentos existentes no Paraná, além de 100 famílias que utilizam o sistema produtivo em dois acampamentos.

Logo, 91,42 % das famílias assentadas no Estado do Paraná não aceitaram (ainda) desenvolver o sistema de produo agroecol4gico. Se por um lado  um problema, para o MST  o desafio imposto  Organizao, que tem que criar os mecanismos políticos, ideol4gicos, técnicos e culturais para alinhar estas 17.563 famílias que desenvolvem produo convencional a participar deste projeto.

Como o Movimento Sem Terra  um agente de estruturao do espaço com força política extremamente limitada, possui um poderio econ4mico pífio quando comparado ao Estado e aos agentes do capital, sua capacidade de propor e realizar uma reforma agrária agroecol4gica não tem a mínima perspectiva de ocorrer na dimensão pensada e projetada pelas lideranças do MST, ou seja, em todos os assentamentos rurais.

 verdade que existem os produtores que mesclam práticas agroecol4gicas com práticas convencionais, aoes que futuramente podem ampliar e até desencadear uma transio eminentemente agroecol4gica. Todavia, a questão central  que existe um desajuste entre o projeto político das lideranças e o projeto de vida dos assentados, que bloqueia a capacidade do MST de, por dentro de seu aparato de gestão territorial, viabilizar a Agroecologia para além da quantidade de Terrrios Agroecol4gicos (Lotes e Assentamentos) apontados na presente pesquisa.

Em nosso entendimento, esta dificuldade de ao política do MST  resultado direto de um conjunto expressivo de territorialidades conflitivas que ocorrem nos assentamentos rurais pesquisados, que perpassam as relaoes sociais e políticas locais (núcleos familiares de base, coordenao do assentamento), estão interconectadas  estruturao produtiva local/regional e têm relao direta com o processo de sensibilizao e aceitao, pelas famílias, da Agroecologia.

No caso da estruturao econ4mica regional, os limites aos projetos do MST são impostos pelos diversos agentes do capital (cooperativas agropecuárias e empresas de processamento agroindustrial), que oferecem um leque muito mais amplo de oportunidades de insero econ4mica e produtiva aos produtores assentados, comprando sua produo (aves, suínos, leite, fumo, bicho da seda, soja, milho, trigo, arroz, mandioca, batata, hortaliças), ainda que através de mecanismos de controle econ4mico financeiro considerados injustos, como as parcerias, o arrendamento de terras e os empréstimos bancários impagáveis.

Logo, se a organização do mercado pelos agentes do capital é uma força predeterminante dos circuitos produtivos, a única alternativa possível é recriar o mercado e reestruturar o sistema de vendas. Neste caso, uma das alternativas tem sido o mercado institucional, organizado pelo Estado, e as diferentes articulações envolvendo movimentos sociais e organizações governamentais, na construção do comércio solidário, ou mesmo a venda no sistema porta-a-porta ou nas feiras livres, como ocorre na Copavi.

Não podemos esquecer que o Movimento sempre foi um incentivador da “Revolução Verde”, pois ao longo de 15 anos defendeu o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento agrícola e agroindustrial como forma superior de agricultura. Nesse sentido, o projeto agroecológico do MST decorre de uma mudança paradigmática importante, baseado na superação do sistema técnico produtivo da “Revolução Verde”, da luta contra a Agrobiotecnologia e a superação de uma agricultura tradicional e pobre, mas se choca com uma visão de mundo e um sistema técnico produtivo que já foi a “menina dos olhos” do MST.

Portanto, pode-se inferir que o conflito sobre qual o sistema ideal a ser seguido também não foi superado pelas lideranças. A prova disso é que em outros estados do Brasil a discussão sobre agroecologia passa longe do objetivo político dos MSTs estaduais.

Assim, entre avanços e retrocessos, o MST trabalha construindo seu projeto e os assentados participam ou não desta realidade, seguem na luta na terra, mesclando uma dinâmica de submissão e de autonomia frente ao capital e ao próprio MST.

Devemos destacar que é inegável o crescimento da agroecologia no mundo, e que a iniciativa do MST de trazer esta discussão para dentro da organização e mediar iniciativas visando sua consecução são importantes.

É necessário lembrar, que nas comunidades rurais, tanto em acampamentos, quanto em assentamentos, tem se desenvolvido uma conscientização muito interessante em relação aos problemas ambientais e aos problemas socioeconômicos, implicando em mudanças culturais, maior participação social, além das transformações efetivas nas práticas produtivas adotadas pelas famílias.

Entendemos que a Agroecologia é uma ferramenta importante na construção de uma agricultura renovada, que preserve a vida, que valorize o trabalho do agricultor,

que valorize o alimento, que valorize um mercado no qual o consumidor tenha acesso a um produto de qualidade, e retribua financeiramente àquele que trabalhou o processo produtivo.

Bibliografia

ALTIERI, Miguel, **Agroecologia – A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. NICHOLLS, Clara I. Agroecologia: teoría y práctica para una agricultura sustentable. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental ° 4. PNUMA/Orplac: México, 2000.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade. Contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, São Paulo, v. 1, n.294, p. 15-30, abr. 2004.

Bergamasco, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda**. São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzemberger**. Curitiba, 2007. 48p. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa). Universidade Federal do Paraná.

BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; MOREIRA, S. S.; FONTE, N. N.; FIDELIS, L. M. **Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo dereforma agrária: Estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTO RURAIS, 3.,2007, Campinas, SP. Anais. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2007. 1 CD.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Curitiba: mimeo, 2002. 21 pág.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Pauli: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CANUTO, João Carlos. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. *In: O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). Ilhéus: Editus, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação.** Curitiba: Peres, 2002. p. 233 – 259.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação: o Modelo Agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Camponesa. Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos.** (Carta de Compromissos). Ponta Grossa: Jornada de Agroecologia, 2004. Mimeo.